



**LEI N° 660 DE 18 DE SETEMBRO DE 2009.**

PUBLICADO NO  
Diário Oficial  
Em:  
19 / 09 / 09

**Dispõe sobre a criação de Empregos Públicos Temporários para o Projeto Especificidades Regionais no âmbito da Administração Direta do Município de Comendador Levy Gasparian, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** Ficam criados no âmbito da Administração Direta do Município de Comendador Levy Gasparian, conforme Anexo I – parte integrante desta lei –, os Empregos Públicos Temporários de Assistente Social, Psicólogo, Oficinista de Artes, Assistente Administrativo, Monitor de Artes, Enfermeiro e Médico Psiquiatra do Projeto Especificidades Regionais, os quais serão regidos pela Lei nº 070 de 28 de outubro de 1994, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Comendador Levy Gasparian.

**§ 1º.** Os Empregos Públicos Temporários criados nos termos deste artigo integrarão quadro específico e distinto, para todos os efeitos legais, do quadro especial de pessoal do Poder Executivo Municipal.

**§ 2º.** A contratação dos Empregos Públicos Temporários referidos no caput e no Anexo I integrante desta Lei, poderá se dar diretamente pela administração, mediante Processo Seletivo de provas ou de provas e títulos, conforme sua natureza, ou de forma terceirizada nos casos permitidos em Lei.



**§ 3º.** A contratação dos Empregos Públicos Temporários, após aprovação prévia em Processo Seletivo Público Municipal, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos aprovados, sendo o referido contrato por tempo indeterminado e só será rescindido nos seguintes casos:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 125 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Comendador Levy Gasparian;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta dias); e

IV - extinção dos programas federais e estaduais implementados mediante convênio ou ajustes similares, que originaram as respectivas contratações.

V – por conveniência e oportunidade da Administração Pública, justificado o interesse público maior, salvo nos casos expressamente vedados por Lei.

**§ 4º.** Nas hipóteses dos incisos III e V, a rescisão contratual far-se-á nos moldes previstos na Lei Municipal 070 de 28 de outubro de 1994.

**§ 5º.** A contratação dos Empregos Públicos Temporários criados nesta Lei não gerará estabilidade para seu detentor.

**Art. 2º.** O Município de Comendador Levy Gasparian encaminhará todos os atos de admissão dos Empregos Públicos



Temporários criados nesta Lei, na forma e nos prazos previstos em Lei, para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com vistas ao exame de sua legalidade para fins de registro.

**Parágrafo único.** Fica vedada qualquer hipótese de desvio de função e de suas finalidades específicas, ficando submetido o detentor de Emprego Público às sanções previstas no Estatuto de Servidores Públicos do Município – Lei nº 070/1994 –, e na hipótese de haver dirigente ou autoridade pública que der causa ao desvio de função e de suas finalidades, responderá subsidiariamente por seus atos na forma da legislação pertinente.

**Art. 3º.** É vedado submeter ao regime desta Lei:

- I - os cargos públicos em comissão;
- II - os cargos ou empregos públicos do Quadro Próprio de Pessoal;
- III - a utilização do regime de emprego público para atividades que não se enquadrem na ação descentralizada que motivou a contratação.

**Art. 4º.** Os salários previstos para os empregos de que trata o regime desta Lei obedecerão aos valores contidos no Anexo I desta Lei, em função das características da atividade, independentemente dos valores de remuneração ou salariais previstos no quadro permanente de pessoal do Poder Público Municipal, respeitando a aplicação dos tetos máximos previstos no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.

**Art. 5º.** Os ocupantes dos Empregos Públicos Temporários criados por esta Lei não terão direito ao reajuste anual concedido aos servidores municipais da administração direta e indireta do Município, pois os vencimentos pagos àqueles se devem a recursos oriundos dos programas dos Governos Federal e Estadual.



**Parágrafo único** - Os vencimentos pagos aos servidores do Projeto de Especificidades Regionais não incidirão no índice percentual de despesa de pessoal.

**Art. 6º.** As atribuições dos cargos criados por esta Lei deverão constar obrigatoriamente do edital do respectivo certame.

**Art. 7º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Cláudio Mannarino**

**Prefeito**





**Anexo I**

**Projeto Especificidades Regionais**

Função	Quantidade	Carga horária	Valor
Assistente Social	01	20 hs	R\$ 1200,00
Psicóloga	01	20 hs	R\$ 1200,00
Oficinista de artes	01	40 hs	R\$ 800,00
Assistente Administrativo	01	40 hs	R\$ 800,00
Monitor de Artes	01	40 hs	R\$ 800,00
Enfermeiro	01	40 hs	R\$ 1600,00
Médico Psiquiatra	01	20 hs	R\$ 2000,00



## **Anexo II**

### **Projeto Especificidades Regionais**

O incentivo às Compensações de Especificidades Regionais foi regulamentada pela portaria nº 1.624 de 10 de julho de 2007, e aprovada na CIB-RJ nº 402 de 08 de novembro de 2007, onde segundo o artigo 7º os municípios que não apresentarem resultados positivos em um período de seis meses estarão sujeitos à perda do repasse do incentivo financeiro relativo às diversidades regionais. E o Grupo de Trabalho Bipartite realizará acompanhamento sistemático e contínuo dos municípios. Não podendo, portanto interromper as atividades exercidas no município financiadas com o recurso oriundas de tal repasse. Consta também em anexo a Portaria nº 27, de 17 de Janeiro de 2008 e o histórico do repasse de Programas ao município.